

EDUCAÇÃO NO BRASIL: O USO DAS CONCEPÇÕES INCLUSIVAS E AS PROPOSTAS INTERDISCIPLINARES DENTRO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

⁽¹⁾Luandson Luis da Silva; ⁽²⁾Joel Nunes de Farias; ⁽³⁾Nadjeana Ramalho da Silva

¹Universidade Federal da Paraíba – UFPB – llsilva_3@hotmail.com

²Faculdade em Educação do Cariri Paraibano – FECF- jn.farias@bol.com.br

³Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN – nadjeana@hotmail.com

RESUMO

Este artigo busca apresentar, com apoio da literatura, elementos que possam subsidiar uma reflexão crítica acerca dos princípios históricos da educação brasileira, o uso das propostas interdisciplinares e as concepções inclusivas dentro da educação infantil, ressaltando algumas características que permeiam a ação inclusiva com base nos termos legais, descortinando o tradicionalismo histórico da educação no Brasil e trazendo novos horizontes como proposta de autoconhecimento de acordo com políticas educacionais inclusivas e interdisciplinares. Tomou-se como referenciais teóricos para o estudo dos temas relacionados ao tema do trabalho: BRASIL, (1971,1988, 1996); BUENO, (1999); CERVO, (1983); CURY, (1997); DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, (1994); FAZENDA, (1992) FRANÇA, (1952); GOMES, (2006); GONÇALVES, (1998); JAPIASSU, (1976); MORIN, (2000); PCN, (1999); SASSAKI, (1997) VILELA, (2003). Desta forma, este artigo justificou-se com base nos pressupostos legalistas presentes na literatura da história da educação, a interdisciplinaridade e inclusão na educação infantil. O objetivo geral do artigo em questão busca mostrar de forma sucinta os aspectos que norteiam as propostas educacionais históricas e interdisciplinares em ambientes inclusivos dentro da educação infantil. Entende-se, que a educação inclusiva em sua essência pode representar um caminho significativo para a gestão da educação e principalmente na educação infantil, que necessita de práticas e propostas interdisciplinares que trabalhem a cultura de saberes individuais e coletivos das crianças que devem ser respeitadas em suas particularidades, pois se encontram em constante aprimoramento.

Palavras-chave: Princípios históricos da educação brasileira; Propostas Interdisciplinares; Concepções Inclusivas; Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

O presente artigo mostra algumas concepções históricas da educação brasileira, além de tópicos interdisciplinares, presentes no processo inclusão dentro da educação infantil, contendo como objetivo principal, mostrar de forma sucinta os aspectos que norteiam as propostas educacionais históricas e interdisciplinares em ambientes inclusivos dentro da educação infantil. Dessa forma, é proposta, uma nova abordagem perante a educação infantil

de maneira rentável, tendo em vista realidades distintas que em muitos casos atrapalham e afastam a educação de crianças que necessitam de apoio.

O trabalho foi elaborado com o intuito de mostrar os indicadores e desafios encontrados nos percursos inclusivos, reconhecendo os entraves presentes na atualidade e a legislação vigentes, destacando algumas concepções interdisciplinares, tanto de forma quantitativa quanto qualitativa, na qual a educação cumpra sua tarefa social, política, econômica e inclusiva.

Atualmente, trabalhar de maneira inclusiva principalmente na educação infantil é uma exigência no mundo da educação, pois todos merecem ser tratados de forma igualitária em todas as áreas do conhecimento. No entanto, para desenvolver atividades pedagógicas inclusivas é preciso usar práticas interdisciplinares que venham transformar a educação numa reflexão formativa, investida por meio do ensino igualitário em todo o contexto de trabalho, dentro dos estabelecimentos de ensino presentes em todas as esferas do poder.

Nesse sentido, é de fundamental importância que exista dentro das escolas professores qualificados para garantir um ensino de referência que abarque os arcabouços da legislação educacional, no intuito de aprimorar as práticas educativas e propor um desenvolvimento crítico reflexivo, possibilitando a reflexão e sensibilização de todos no propósito de resolver as problemáticas que forem surgindo no processo de ensino aprendizagem de crianças dentro de ambientes inclusivos.

Vale salientar, que os procedimentos de construção do artigo se deram por meio de várias referências teóricas, se caracterizando como uma pesquisa bibliográfica com características teóricas viabilizadas por uma revisão das literaturas, que abrangem toda área teórica das propostas e concepções inclusivas dentro da educação infantil, das quais proporcionaram várias leituras de materiais da internet e periódicos da CAPS (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), além do levantamento bibliográfico em artigos do Google acadêmico e livros que abordam o tema do artigo.

O artigo justifica-se pela carga de contribuições que a educação inclusiva traz para o meio acadêmico, mais precisamente no âmbito da educação infantil, propondo uma nova roupagem na apresentação da educação como um elemento essencial no desenvolvimento social do sujeito, propondo uma metodologia alternativa para a o engajamento do indivíduo diante das relações interpessoais.

Perante essa concepção, esse artigo teve como base a fundamentação teórica dos autores: BRASIL, (1971,1988, 1996); BUENO, (1999); CERVO, (1983); CURY, (1997); DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, (1994); FAZENDA, (1992) FRANÇA, (1952);

GOMES, (2006); GONÇALVES, (1998); JAPIASSU, (1976); MORIN, (2000); PCN, (1999); SASSAKI, (1997) VILELA, (2003), e dentre outros, como importantes diretrizes que deram um norte ao trabalho, no que se refere as concepções e propostas inclusivas na educação infantil, trabalhando com metodologias diversas de artigos que contém fundamentações voltadas à atualidade.

Diante desta realidade, o artigo abordará conteúdos relacionados a propostas e concepções inclusivas presentes no seio da educação infantil, destacando aspectos legais que consistem em analisar qual a importância da mesma no processo de ensino aprendizagem de todos os indivíduos.

Por fim, o artigo está organizado da seguinte forma. Em sua primeira parte, como já foi visto, é composto por um resumo sucinto e pela introdução que apresenta de forma global alguns conceitos referentes as propostas e concepções da interdisciplinaridade e a educação infantil, a justificativa do trabalho, a metodologia o tipo de pesquisa e os objetivos gerais e específicos. Na primeira parte é apresentada uma breve concepção das prática interdisciplinares, destacando aspectos de sua gênese até os dias atuais. Na segunda parte é discutido aspectos referentes a legislação inclusiva, dando enfoque aos principais pontos da inclusão dos indivíduos. Na terceira parte é englobada a metodologia e os resultados e discussões do tema, ressaltando a importância das propostas interdisciplinares e o desenvolvimento da criança, e em seguida são apresentadas as considerações finais do artigo e as referências bibliográficas.

AS CONCEPÇÕES LEGALISTAS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação no Brasil se deu primeiramente pelos padres jesuítas da companhia de Jesus, elaborada por Inácio Loyola no ano de 1540, tal companhia aqui chegou em 1549, tal ano é marcado como o início da educação em terras brasileiras. Assim, a companhia ficaria encarregada de catequizar os índios, bem como prestar serviços religiosos voltados para os colonos. Essa educação religiosa buscava com seus ensinamento mudar o comportamentos da população, principalmente da cultura e a fé.

Segundo França (1952) a criação do primeiro colégio jesuíta em solo brasileiro se deu no ano de 1550. No ano de 1553 passou a disponibilizar o curso de humanidades, seguidamente no ano de 1572 os cursos de Teologia e Artes. Paulatinamente a ação jesuíta foi realizando conquistas até o momento em que foram expulsos do reino de Portugal e do Brasil, em 1759.

Assim, desde o início da colonização, Igreja e Estado caminharam lado a lado, de tal maneira que até chegaram a confundir suas alocações. A Igreja sempre marcou presença no que tange ao cotidiano social, exercendo sua ação catequizadora e civilizatória dos indígenas e gerenciar o processo de ensino, Gonçalves (1998) ainda chama atenção para outras atribuições, tais como:

Além de educadores e missionários, os jesuítas fizeram sentir sua presença no Brasil através de várias outras funções que exerceram durante todo o período colonial: como conselheiros das principais autoridades administrativas, como construtores das maiores bibliotecas da colônia, como exploradores de sertões, e como linguistas, historiadores, antropólogos, botânicos, farmacêuticos, médicos, arquitetos e artesãos dos mais diversos tipos (GONÇALVES, 1998, p. 38).

Diante disso, é possível compreender a importância das contribuições que a companhia de Jesus trouxe à colônia, o legado deixado por eles se propagam ao longo do tempo na sociedade brasileira. Nos mais diversificados campos da esfera social é possível encontrar traços da passagem deles, visto que trabalharam conjuntamente com as demais forças, para desenvolver a colônia e repassar os ensinamentos culturais históricos e sociais da época, para que fossem reproduzidos para as gerações futuras, com o objetivo maior de dar continuidade aos processos de desenvolvimento do conhecimento humano.

Porém, com a expulsão dos Jesuítas pelo senhor Sebastião José de Carvalho e Melo, o conhecido Marquês de Pombal, tudo foi se modificando e a educação brasileira ganhou roupagem nova e a maneira de ensinar passou por algumas mudanças no campo político e econômico brasileiro, até chegar o período da Primeira República, que com o advento do Estado Novo além do Período da Ditadura Militar.

Com a passagem do tempo, os modelos educacionais foram se modificando, avançando décadas a frente, quando o Brasil já havia se tornado república e já enfrentava o auge de uma ditadura militar. Na década de 1970 foi implantada em 11 de agosto de 1971 a nova Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino do 1º e 2º graus (Lei nº 5.692), na qual estava disposto que o curso primário e o ginásial corresponderiam ao 1º grau, atendendo alunos de sete a quatorze anos, a mesma lei foi responsável por transformar o colegial (2º grau) em ensino profissionalizante.

Um pouco mais adiante, em 20 de dezembro de 1996, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394) traria mudanças no arranjo dos níveis educacionais, a mesma o dividia em dois: a educação básica, na qual se enquadra a educação infantil, fundamental e o ensino médio; o segundo, por sua vez atenderia ao ensino superior. Portanto, o antigo 1º grau agora iria se chamar de ensino fundamental, mas atenderia ainda ao mesmo público (jovens

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

dos sete aos quatorze anos); o ensino médio agora ocupa o espaço que antes era do 2º grau, e serviria como um preparatório para o ensino superior. Essas mudanças proporcionaram um reordenamento educativo que abarcou milhares de indivíduos do país.

Com a implementação da LDB, ocorreram várias transformações no contexto educacional e no conceito de educação. Isso porque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tomou forma e com seu auxílio tudo se tornou mais fácil e os debates de questões acadêmicas assim como as sociais das últimas décadas.

A LDB trouxe um enorme avanço educacional pelo fato de definir em seu arcabouço legalista alguns conceitos educacionais sobre o que pode, o que não é permitido dentro dos termos educativos. As deliberações constantes em sua estrutura, buscou em seu bojo educativo sempre traçar uma linha divisória dentro da administração do sistema de ensino brasileiro. Por essa razão, a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional é enxergada como um ordenamento legalista de grande importância nas instituições de ensino brasileiras, além de proporcionar em seu íntimo um conjunto de elementos inovadores para a Educação no Brasil que necessitava de mudanças.

Ao ser definitivamente promulgada, a LDB passou por muitas discussões, por vários estudiosos e representantes do sistema educativo e assim, foram se estabelecendo trajetos que nos dão um tom das circunstâncias nacionais. Nesse sentido, nos dias atuais a Lei de Diretrizes e Bases da Educação é sinônima de muita discussão feita, por boa parte do seguimento educacional brasileiro. Segundo Cury (1997),

Toda Lei nova carrega algum grau de esperança, mas carrega alguma forma de dor, já que nem todos os interesses nela previamente depositados puderam ser satisfeitos. Esta lei, de modo especial, registra as vozes que, de modo dominante, lhe deram vida. Mas registra, também, vozes recessivas umas, abafadas outras, silenciosas tantas, todas imbricadas na complexidade de sua tramitação. Por isso a leitura da LDB não pode prescindir desta polifonia presente na Lei, polifonia nem sempre afinada, polifonia dissonante. (CURY, 1997, p. 13).

Hoje, vemos que o embasamento legalista da LDB é responsável por mudanças estruturais de extrema relevância dentro do sistema educacional brasileiro. Esse marco proporcionou uma reestruturação nos eixos educativos, trazendo uma nova alternativa para iniciativa autônoma, entre os entes federados e as escolas. Outro marco importante proporcionado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi a definição de Educação como dever da família e também do Estado, incrementando a participação da família como fator preponderante da aprendizagem, com o intuito de formar um indivíduo crítico-reflexivo que saiba seus direitos e deveres de cidadão.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A LDB

Após a LDB, a educação inclusiva ganhou roupagem nova, pois ela tornou-se um divisor de águas na inclusão dentro dos estabelecimentos de ensino tradicionais, que passaram por reformulações nas concepções e práticas interdisciplinares. Vale salientar que, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional proporcionou mudanças no ensino tradicional e propôs novas maneiras de se ensinar e procedimentos de ensino-aprendizagem inovadores, além de reformular o papel do professor como protagonista do processo de inclusão de todos os indivíduos.

Nesse contexto, ocorreu o nascimento de escolas inclusivas com estruturas arquitetônicas adequadas e materiais didáticos adequados que atendessem a demanda social da população que clamava em defesa da igualdade de direitos, garantidos pela Constituição Federal de 1988, que com seus princípios éticos, busca a erradicação de qualquer tipo de discriminação, com o propósito de incluir todos e se livrar da segregação construída historicamente na educação inclusiva brasileira. (BRASIL, 1988).

Segundo Sasaki,

Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida (SASSAKI, 1997, p. 41).

As escolas devem estar preparadas para receberem todos os alunos proporcionando um ambiente inclusivo sem distinção de raça, gênero, religião ou deficiência. Perante essas concepções as escolas devem construir projetos pedagógicos inclusivos e democráticos, no qual todos se interliguem com base em currículos interdisciplinares.

A LDB incentiva e trabalha questões voltadas para a formação de professores para atuarem na educação inclusiva de forma responsável e igualitária. Nesse contexto, a educação inclusiva deixou de ser um fato esquecido, desumano e segregacionista e iniciou uma nova etapa buscando um perfil novo de profissional dentro da educação.

Dentre os documentos lançados que propunham mudanças no sistema de ensino e formação de professores numa proposta interdisciplinar inclusiva, surgiu a Declaração de Salamanca que destaca em seu arcabouço legalista a necessidade da inclusão educacional de todos os indivíduos. Esse documento contou com o apoio de vários países, com o objetivo de garantir não só o acesso a educação de qualidade nas escolas, mas também, à permanência de todos os indivíduos, principalmente aqueles que de alguma forma foram excluídos dos processos educativos.

Nesse viés, todas as instituições de ensino do Brasil e Países apoiadores da Declaração de Salamanca devem seguir os princípios da inclusão, integrando toda comunidade acadêmica e local, além de considerar as particularidades presente entre as pessoas independente de suas condições e limitações.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 17-18).

Com isso, uma escola que se denomina inclusiva, deve integrar-se as legislações vigentes e apresentar propostas e trabalhos inclusivos, que com uma pedagogia interdisciplinar consiga desenvolver condições inclusivas dentro dos processos de ensino-aprendizagem, valorizando os conhecimentos e habilidades obtidas por esse aluno no decorrer da aplicação das políticas educacionais inclusivas promovidas no país e no mundo, pois a inclusão é uma questão global.

AS PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES

As concepções distintivas das práticas e os mecanismos da interdisciplinaridade se fazem presentes no cotidiano acadêmico e apontam uma interligação entre várias áreas de conhecimento, com ramos alternativos voltadas à construção e aquisição do saber, visando garantir a consolidação de um conhecimento global, que acaba rompendo com as fronteiras tradicionais das disciplinas.

A partir desse pressuposto, é possível desenvolver habilidades que nos auxiliam a pensar sobre o uso da interdisciplinaridade na educação infantil, no intuito de aprimorar o processo de construção de conhecimento de todas as crianças em escolas inclusivas que rompem com o ensino tradicionalmente construído, valorizando as particularidades de cada indivíduo.

Nesse contexto, o esforço de integração da interdisciplinaridade se apresenta como o remédio mais adequado à cancerização ou à patologia geral do saber. A interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa. (JAPIASSU, 1976, p.30).

Vale destacar, que a interdisciplinaridade é baseada em princípios e concepções, que trabalham embasados nas relações interpessoais dos indivíduos e seus processos históricos, culturais e sociais. Essas concepções e princípios norteadores nos fazem compreender que a palavra intitulada de interdisciplinaridade vai bem mais além do que uma simples integração

de conteúdos curriculares, ou mesmo disciplinas e relações entre indivíduos. Assim, verifica-se que:

A interdisciplinaridade é considerada uma inter-relação e interação das disciplinas a fim de atingir um objetivo comum. Nesse caso, ocorre uma unificação conceitual dos métodos e estruturas em que as potencialidades das disciplinas são exploradas e ampliadas. Estabelece-se uma interdependência entre as disciplinas, busca-se o diálogo com outras formas de conhecimento e com outras metodologias, com objetivo de construir um novo conhecimento. Dessa maneira a interdisciplinaridade se apresenta como resposta à diversidade, à complexidade e à dinâmica do mundo atual. (VILELA E MENDES, 2003, p. 529).

De acordo com os PCN (1999), a distribuição curricular em áreas de conhecimento tem o propósito de ajudar no desenvolvimento e construção dos conteúdos programáticos de cada eixo, numa concepção de interdisciplinaridade contextualizada, que estabelece interligações de complementaridade, entre a vasta área dos conhecimentos. Nesse sentido, o currículo escolar deve conter conteúdos, metas e estratégias de aprendizagem que auxiliem o aluno na construção do conhecimento, visando à integração de todos no meio social.

Vale ressaltar que, o uso da interdisciplinaridade nos espaços que funcionam a educação infantil proporcionam a construção coletiva do saber de forma inclusiva e decisiva na formação histórica, social e cultural dos alunos que possuem vivências diversificadas dentro de uma realidade global, que se instaura nas vivências cotidianas entre docentes e discentes.

O valor e a aplicabilidade da Interdisciplinaridade, portanto, podem-se verificar tanto na formação geral, profissional, de pesquisadores, como meio de superar a dicotomia ensino-pesquisa e como forma de permitir uma educação permanente. (FAZENDA, 1992, p.49).

A interdisciplinaridade visa integrar de maneira inovadora disciplinas que são trabalhadas de forma isolada no cotidiano acadêmico tradicional. O objetivo principal dessa integração é romper com essas fragmentações e segregações que dificultam a aprendizagem dos alunos, principalmente os que fazem parte da educação infantil, pois é nessa fase que se constroem as correlações entre os saberes individuais e coletivos. (MORIN, 2000).

Porém, mesmo com o diálogo e consenso de vários teóricos que trabalham a interdisciplinaridade e as propostas inclusivas a respeito de sua relevância para os educandos, ainda existem grandes obstáculos a serem vencidos nos estabelecimentos de ensino, tendo em vista a falta de recursos financeiros, materiais didáticos e estruturas arquitetônicas deterioradas.

As fundamentações mencionadas sobre a interdisciplinaridade nos espaços escolares, nos transmitem formas e diversidades culturais distintas de se visualizar e sentir o mundo,

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

percebendo e compreendendo como funcionam os fenômenos interdisciplinares nas instituições de ensino em suas dimensões e eixos norteadores dentro dos fatores políticos, sociais e culturais de cada criança.

METODOLOGIA

A metodologia baseou-se na pesquisa bibliográfica tomando como referência a LDB, a Declaração de Salamanca e as ideias de alguns teóricos que serviram de fundamentação e nortearam este artigo, fornecendo uma visão mais ampla sobre os processos educacionais no Brasil e no Mundo, dentro da perspectiva interdisciplinar e inclusiva, e suas implicações para a reflexão da prática pedagógica no cotidiano escolar dentro da educação infantil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa ocorreu por meios de análises e interpretações teóricas e reflexões sobre a motivação de uma forma geral. O foco da pesquisa foi mostrar os aspectos históricos da educação no Brasil e sua evolução histórica até a chegada de documentos legalistas que viessem regulamentar a educação no País e propor por meio das concepções interdisciplinares ambientes inclusivos principalmente na educação infantil. Buscando levantar subsídios para elaboração deste trabalho, constatou-se que com a promulgação da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional as concepções e padrões de qualidade na educação sugeriram, no lugar de uma educação tradicionalista, injusta, segregacionista e desumana que retirava dos alunos a possibilidade de se relacionarem de maneira prazerosa e motivada dentro das escolas, além de excluir os menos favorecidos. Sendo assim, o artigo apresenta um bojo de concepções que norteiam a educação, a inclusão e a interdisciplinaridade, enfatizando os documentos legais que surgiram no percurso histórico da educação no Brasil e no mundo na busca de se construir novos caminhos para a inclusão de todos os indivíduos nas atividades desenvolvidas na sala de aula, proporcionando aos professores momentos lúdicos.

Vale salientar que, as publicações dos autores e documentos legalistas contribuíram para elaboração e desenvolvimento da sua fundamentação teórica do artigo, que teve como base a pesquisa em bibliografias que trabalhavam as concepções educacionais brasileiras a interdisciplinaridade e a inclusão na educação infantil. Cervo e Bervian (1983, p.55) definem a pesquisa bibliográfica como:

A que explica um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e

(83) 3322.3222

analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existente sobre um determinado assunto, tema, ou problema.

Por tanto, esse tipo de pesquisa constitui parte da pesquisa ideal e objetiva para se recolher informações e conhecimentos prévios acerca de um problema para o qual se procura resposta ou acerca de uma hipótese que se quer experimentar. Por ser de natureza teórica, a pesquisa bibliográfica é parte obrigatória da mesma forma como em outros tipos de pesquisa, haja vista que é por meio dela tomamos conhecimento sobre a produção científica existente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da leitura do material bibliográfico, pesquisas realizadas e discussões a respeito do artigo: Educação No Brasil: O Uso Das Concepções Inclusivas E As Propostas Interdisciplinares Dentro Da Educação Infantil, percebemos o quanto é essencial avaliar a legislação em todo o ensino brasileiro, principalmente, o ensino na modalidade da educação infantil que necessita de um olhar especial, pois é nessa fase que a criança se constitui como indivíduo.

No entanto, para se ter um ensino de qualidade no Brasil e no Mundo é preciso lutar para garantir que a legislação se efetive na vida escolar, tratando dos aspectos educacionais que venham auxiliar nas práticas escolares inclusivas nas escolas, principalmente as de educação infantil.

A relação estabelecida entre educação inclusiva e interdisciplinaridade vão além da imaginação, elas se fundamentam por meio de informações que instruem o estudante a sentir prazer em se relacionar no meio social, mesmo para as pessoas que estão passando por situações difíceis de acesso e permanência nas unidades de ensino.

Torna-se importante incrementar de forma sistêmica a inclusão nas instituições de ensino como ferramenta indispensável no processo de ensino aprendizagem, buscando refletir sobre os indicadores e desafios presente no sistema educacional brasileiro.

Para concluir, deixamos este trabalho que foi elaborado por meio de estudos e pesquisas realizadas na diversidade do mundo da inclusão e interdisciplinaridade concomitante com a educação infantil, na qual pesquisadores da área e estudantes possam desfrutar dos assuntos tratados na desenvoltura do artigo.

Portanto, está aqui uma proposta educacional elaborada com um olhar crítico e de maneira reflexiva, aprimorando e respeitando os processos de ensino na educação brasileira e a interdisciplinaridade como fator preponderantes na construção do saber das crianças em todas as áreas de conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Congresso Nacional (1996). Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional – LDB n 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Constituição, 1988. Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino do 1º e 2º graus. Lei número 5692, 11 de Agosto de 1971.

BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? In: Revista Brasileira de Educação Especial (5), 1999.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia Científica: para uso de estudantes Universitários. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Flexibilidade e avaliação na LDB. In Seminário o que muda na educação brasileira com a nova Lei de Diretrizes e Bases? Anais. São Paulo, 1997. São Paulo, FIESP/SESI/SP/SENAI/SP, 1997.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.

FAZENDA. Ivani. Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: Efetividade ou ideologia? São Paulo: Loyola, 1992.

FRANÇA, Leonel. O método pedagógico dos jesuítas: o “Ratio Studiorum: introdução e tradução. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1952.

GOMES, C.; BARBOSA, A. J.G. Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 12, n. 1, 2006 .

GONÇALVES, R. A. (Org.). Luzes e Sombras sobre a Colônia – Educação e Casamento na São Paulo do século XVIII, nº 3. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP- Departamento de História, 1998.

JAPIASSU, H. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MORIN, Edgar. Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Ministério da Educação. Brasília, 1999.

SASSAKI, R.K. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VILELA, E.M.; MENDES, I.J. M. Interdisciplinaridade e Saúde: Estudo Bibliográfico. Revista Latino-Americana de Enfermagem, volume 11 nº 04. Ribeirão Preto. 2003.